

■ POLÍTICA

FHC faz acordo no Senado e quer votar mudança na Justiça

César Felício
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso e a sua base de apoio no Senado fecharam um acordo para a manutenção da paridade entre ativos e inativos na reforma da Previdência. O acerto foi sacramentado ontem, em uma reunião à noite no Palácio do Alvorada. Aposentados e pensionistas que ganham até 10 salários mínimos terão direito às mesmas vantagens dos servidores públicos na ativa. Os que ganham entre 10 e 35 salários mínimos terão um desconto que irá variar de 5% a 30% das concessões aos ativos. Quem ganha acima desta faixa terá garantido 70% das vantagens.

Com a perspectiva de reduzir uma das pendências no Senado, o

presidente Fernando Henrique enviou ontem à noite ao Congresso mensagem pedindo que seja incluído na pauta da convocação extraordinária da

Casa o projeto de emenda constitucional que cria a figura da "súmula vinculante". Este novo instrumento estabelece as decisões dos juízes de primeira instância devem acompanhar as decisões dos tribunais superiores em casos já julgados. O objetivo é reduzir o volume de processos em tramitação no judiciário.

O acordo para fazer passar a reforma da Previdência não foi a única concessão do poder Executivo. Também foi acertada a inclusão dos professores de segundo grau nos critérios para a concessão de aposentadoria especial, além da reintrodução do teto de 10 salários mínimos como benefício máximo a ser pago a aposentados. Com este acordo, a emenda constitucional deverá ser votada amanhã na Comissão de Constituição e Justiça da Casa (CCJ).

O acordo foi festejado ontem na sessão em que o relator da reforma,

Beni Veras (PSDB-CE), apresentou a nova versão de seu relatório. "A proposta preserva os direitos adquiridos da imensa maioria dos aposentados e pensionistas. Eles ficarão devendo isto ao Senado", afirmou, por exemplo, o líder do PMDB Jäder Barbalho (PA).

O texto, contudo, foi considerado pouco eficaz por alguns senadores da base governista. "As distorções irão continuar", disse o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), lembrando que a fórmula apresentada irá garantir reajustes até mesmo para os servidores que usufruem de aposentadorias astronômicas.

Estas brechas permitiram que a oposição, que não tem votos para modificar a proposta em plenário,

centrasse a sua argumentação na suspeita de que pouca coisa irá mudar no quadro da previdência com a votação da reforma. "A emenda

abre exceções para os servidores militares, os parlamentares e os magistrados que possibilitarão a permanência de marajás na folha de pagamento de benefícios", afirmou o líder do bloco de oposição, senador José Eduardo Dutra.

Apresentada pelo governo em março de 1995, a reforma da Previdência foi aprovada pela Câmara em maio de 1996, preservando apenas um ponto dos considerados essenciais pelo Executivo: o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Desde julho do ano passado tramitando no Senado, foi considerada tão delicada que houve uma disputa às avessas pela sua relatoria: ninguém queria assumi-la. A tarefa acabou sendo assumida pelo ex-ministro do Planejamento Beni Veras, um dos raros parlamentares que não têm interesse em concorrer às eleições de 1998.

Oposição acusa acordo da Previdência de abrir exceção para militares, magistrados e parlamentares